

Continuação



# COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5º ANDAR  
PORTO ALEGRE - RS  
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



### NOTA 14 - Provisões para Contingências

A provisão para contingências foi constituída com base no relatório da Gerência Executiva Jurídica da empresa, datado de 31/12/2014, onde classifica os processos judiciais conforme o risco de perda (remota perda, possível perda ou provável perda). O termo provável em relação a possível indica que há maior probabilidade de o fato ocorrer. Geralmente, em um processo, cujo prognóstico é provável perda, há elementos, dados ou outros indicativos que possibilitam tal classificação, como por exemplo: a tendência jurisprudencial dos tribunais ou a tese já apreciada em tribunais superiores para questões que envolvam matéria de direito, e a produção ou a facilidade de se dispor de provas (documental, testemunhal - principalmente em questões trabalhistas - ou periciais) para questões que envolvam matéria de fato. Os processos considerados como provável perda são provisionados no passivo. Por sua vez, se o prognóstico for possível perda, esta pode acontecer; todavia, esse prognóstico não foi, necessariamente, fundamentado em elementos ou dados que permitam tal informação. Ou, ainda, em um prognóstico possível, os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será perda ou ganho no processo. Os processos classificados como de possível perda não são provisionados, mas tem seus totais mencionados nesta nota explicativa. Por fim, a perda classificada como remota, como o próprio nome diz, remotamente trará perdas ou prejuízos para a entidade, ou são insignificantes as chances de que existam perdas. Os processos avaliados como de remota perda não são provisionados e nem destacados em nota explicativa.

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Processos com Possível Perda (Não Provisionados)	6.493.142,18	2.592.705,80	9.085.847,98
Processos com Provável Perda (Provisionados)	157.852,49	542.837,73	700.690,22
<b>TOTAL</b>	<b>6.650.994,67</b>	<b>3.135.543,53</b>	<b>9.786.538,20</b>

Dentre as causas classificadas como possíveis (não provisionadas) está o processo cível de valor relevante movido pela empresa Qualysolda RS Engenharia Ltda. contra a Companhia. O valor da causa atualmente está em R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). A provisão é revisada e formada com base na evolução dos processos que são classificados como provável perda:

	Saldo Final 2013	Reversões 2014	Adições 2014	Saldo Final 2014
Provisões Trabalhistas	684.857,79	-248.659,71	106.639,65	542.837,73
Provisões Cíveis	151.428,47	-	642,02	157.852,49
<b>TOTAL</b>	<b>836.286,26</b>	<b>-248.659,71</b>	<b>113.063,67</b>	<b>700.690,22</b>

### NOTA 15 - Transações com partes relacionadas

a) A Companhia mantém operações comerciais de compra e venda de gás natural com o Grupo Petrobras S.A.:

Composição dos Saldos	31/12/2014	31/12/2013
<b>Ativo Circulante</b>		
Contas a Receber BR Distribuidora	1.042.291,71	1.260.869,45
Contas a Receber Petrobras	14.554.689,39	19.736.472,31
<b>Passivo Circulante</b>		
Fornecedor de Gás - Petrobras	89.766.461,92	93.859.644,59
<b>Composição dos Saldos</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
<b>Receitas com partes relacionadas</b>		
BR Distribuidora S/A	27.029.800,05	28.446.682,42
Petrobras S/A	252.387.817,57	206.763.397,00
<b>Compra de Gás Natural</b>		
Petrobras Global Trading	145.289.123,81	88.319.246,26
Petróleo Brasileiro S/A	512.005.645,30	481.755.370,92

b) Remuneração - Diretores e Conselhos de Administração e Fiscal:

	31/12/2014	31/12/2013
Administradores	442.395,74	393.404,62
Conselho de Administração	142.607,25	144.542,40
Conselho Fiscal	71.222,82	65.043,60
<b>Total</b>	<b>656.225,81</b>	<b>602.990,62</b>

### NOTA 16 - Despesas por Natureza

Conforme estabelece o CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

	31/12/2014	31/12/2013
Compra de Gás e demais insumos	-705.430.637,15	-606.741.106,28
Custos de Operação e Manutenção da Rede	-8.901.697,69	-8.100.695,60
Amortização Operacional	-13.960.937,04	-12.900.804,56
Amortização Administrativa	-1.031.400,50	-1.065.952,64
Despesas com Materiais e Serviços	-22.338.826,44	-26.786.688,27
Despesas com Pessoal	-29.243.158,23	-24.060.894,04
Despesas Tributárias	-7.248.649,01	-6.342.147,96
Outras Receitas e Despesas Operacionais	597.393,46	5.665.507,47
<b>Total</b>	<b>-787.557.912,60</b>	<b>-680.332.781,88</b>
<b>Classificadas como:</b>		
Custo dos Produtos Vendidos	-728.293.271,88	-627.742.606,44
Despesas de venda, administrativas e gerais	-57.080.794,98	-51.335.495,97
Participação dos Empregados	-2.183.845,74	-1.254.679,47
<b>Total</b>	<b>-787.557.912,60</b>	<b>-680.332.781,88</b>

### NOTA 17 - Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da Companhia apresenta a seguinte composição:

	31/12/2014	31/12/2013
<b>Receitas Financeiras</b>		
Aplicações Financeiras	2.627.868,18	1.545.209,92
Descontos Obtidos	231.065,51	387.838,11
Juros Recebidos	784.125,28	998.785,76
Multa Contratual	290.213,03	187.532,79
Variação Monetária Ativa	177.152,90	181.485,67
<b>Total</b>	<b>4.110.424,90</b>	<b>3.300.852,25</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Descontos Concedidos	-25.075,26	-39.890,47
Despesas Bancárias	-212.649,63	-138.149,25
Despesas de Cobrança	-238,04	-5.562,61
IOF e demais despesas sobre empréstimos	-5.479,25	-134.812,05
Juros Pagos	-16.245,04	-5.145,84
Juros sobre Empréstimos	-268.355,64	0,00
Multa por Atraso de Pagamento	-27.864,98	-13.967,85
Variação Cambial	-1.758.429,98	-1.208.979,45
Variação Monetária Passiva	-5.119,07	-6.371,98
<b>Total</b>	<b>-2.319.456,89</b>	<b>-1.552.879,50</b>

### NOTA 18 - Seguros

A companhia possui a cobertura pelos principais seguros:

SEGURADORA	TIPO DE SEGURO	VIGÊNCIA	VALOR
Mafre Vera Cruz Liberty	Patrimonial	até março/2015	R\$ 10.050,00
Ace Seguradora	Veículos	até maio/2015	R\$ 14.850,90
	Responsabilidade Civil	até agosto/2015	R\$ 38.405,42

Há também seguros prediais que estão vinculados aos contratos de locação dos imóveis, bem como seguros automotivo decorrentes do IPVA.

### NOTA 19 - Créditos nas operações de venda e aquisição de gás

O Take or Pay é cláusula contratual que estabelece a regra de que o agente (Sulgás na condição de cliente) está obrigado a consumir determinado volume de gás junto ao fornecedor Petrobras, sendo que, se consumir volume inferior ao contratado, deverá pagar penalidade que poderá ser recuperada em até 07 (sete) anos, sendo que foi registrado o valor R\$ 182.422,05 referente operação ocorrida no exercício de 2011.

### NOTA 20 - Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros

A Companhia possui exposições para os seguintes riscos de instrumentos financeiros:

● **Risco de crédito:** Risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Este risco está relacionado com fatores internos e externos à Sulgás. O risco com clientes é mitigado mediante a manutenção de uma base de clientes sólida. O gerenciamento das contas a receber é realizado através da identificação dos recebimentos, detectando possibilidades de inadimplência e suspendendo o fornecimento de gás caso ela ocorra, e implementando políticas específicas de cobrança atreladas a garantias reais, sempre que possível.

● **Risco de mercado:** Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados de flutuações no preço de gás decorrente da variação no valor da "cesta de óleos" e das taxas de câmbio, aumentando os saldos das contas a pagar relativas ao gás adquirido.

Os riscos cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar queda significativa nas suas margens decorrente de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais (R\$) do custo sobre o gás adquirido da Petrobras. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes, quando possível.

● **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é inerente a descasamentos entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamentos da Companhia. A Sulgás administra o risco de liquidez através de premissas de recebimentos e desembolsos monitoradas diariamente pela área financeira, mantendo seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo com liquidez imediata em instituições de primeira linha, além da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos.

### NOTA 21 - Receitas e Custos de Construção

Conforme preceitua o CPC 17, bem como a ICPC 01 e a OCP 05 a Sulgás reconhece as seguintes Receitas e Custos de Construção:

	2014	2013
RECEITA DE CONSTRUÇÃO	26.398.252,49	32.616.447,54
CUSTOS DE CONSTRUÇÃO	26.398.252,49	32.616.447,54
<b>MARGEM</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### NOTA 22 - Nota referente Lei 12.973/2014:

A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, convertida na Lei 12.973, de 13 de maio de 2014 e regulamentada pelas Instruções Normativas RFB nº 1.515/2014, 1.492/2014 e nº 1.397/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.492, de 17 de setembro de 2014, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais, entre elas: (i) integração da legislação tributária às normas societárias, (ii) revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, e (iii) não incidência de IRPJ sobre dividendos distribuídos durante os anos calendário de 2008 a 2013. Os dispositivos da Lei entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada a partir do ano-calendário de 2014. A sua adoção antecipada para 2014 elimina potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados ao pagamento de dividendos, correspondentes ao ano calendário de 2014.

A Administração, baseada em análises sobre os efeitos decorrentes da aplicação da referida lei, entende que não haverá elevação de carga tributária em relação a legislação vigente e risco de tributação adicional sobre os dividendos distribuídos no ano-calendário de 2014 e, com isso, não optou pela aplicação antecipada no exercício de 2014.

### NOTA 23 - Eventos Subsequentes

A Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - Sulgás, avaliou os eventos subsequentes até 18 de fevereiro de 2015, que é a data da aprovação das demonstrações contábeis pela Diretoria da empresa.

**Roberto da Silva Tejadas** Diretor Presidente  
**Dáriu Etchichury Filho** Diretor de Administração e Finanças  
**Flávio Ricardo Soares de Soares** Diretor Técnico-Comercial  
**Alex Dornelles da Silva** Contador CRCRS 64077

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da  
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS  
Porto Alegre/RS

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela (administração) determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base na nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS, em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Outros assuntos

##### Demonstração do Valor Adicionado

Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir Parecer sobre as Demonstrações Contábeis referida no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. A Demonstração do Valor Adicionado, apresentada para propiciar mais informações sobre a SULGÁS, não é requerida como parte integrante das Demonstrações Contábeis, contudo foi submetida aos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os seus aspectos relevantes em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto.

##### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação em 28 de fevereiro de 2014.

Porto Alegre, 17 de março de 2015.

EXACTO AUDITORIA S/S  
CRC/RS 1544

DANIEL EDUARDO RODRIGUES  
CONTADOR CRC/RS 30361

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e a Demonstração das Mutações Patrimoniais, com as respectivas Notas Explicativas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Foram verificadas e avaliadas as proposições de destinação de resultados para pagamento de dividendos após constituição de Reserva Legal, que estão sendo encaminhadas pela Administração da SULGÁS à deliberação de Assembleia Geral Ordinária - AGO. Nesse particular cabe destacar a opinião desfavorável da Conselheira Fiscal, Sra. Paula Danyelle Almeida da Silva, quanto ao pagamento de 100% (cem por cento) dos dividendos, pois considera recomendável a constituição de reserva de Retenção de Lucros para Investimento, considerando o orçamento de capital já aprovado pela Administração da Companhia, sem prejuízo da constituição de dividendos para pagamento até o final do exercício de 2015, condicionado à existência de caixa para tal fim e anuência do BNDES.

Tomando como base o parecer sem ressalvas dos Auditores Independentes, datado de 17 de março de 2015, e as informações e esclarecimentos recebidos da Administração da Companhia ao longo do exercício, inclusive o conforto técnico sobre a destinação do resultado do período na forma de Dividendos sem prejuízo à estrutura financeira da SULGÁS, esse conselho é de opinião favorável quanto à aprovação dos mencionados documentos pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, da qual se lavrou esta ata que, depois de lida e achada conforme, vai por todos assinada.

Porto Alegre, 24 de março de 2015.

Paula Danyelle Almeida da Silva  
Presidente do Conselho

Vera Inez Salgueiro Lermen  
Membro do Conselho

Paulo Ricardo Salerno  
Membro do Conselho

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CLAUDEMIR BRAGAGNOLO - Presidente do Conselho

Conselheiros: **WALTER FERNANDO PIAZZA JÚNIOR**  
**EDMAR DE ARRUDA MILANI JUNIOR**  
**CRISTIANE ZINELLE FERREIRA LOHMANN**  
**MAURI NUNES DA SILVA**

Diretoria: **ROBERTO DA SILVA TEJADAS** - Diretor presidente  
**DÁRIU ETCHICHURY FILHO** - Diretor de Administração e Finanças  
**FLÁVIO RICARDO SOARES DE SOARES** - Diretor Técnico-Comercial